



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

PRÁTICAS EDUCATIVAS E FORMAÇÃO CRÍTICA EM ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONCEITOS, PROPOSTAS E APRENDIZADOS NA AMACAUASSU, EM EUSÉBIO (CE).

Eliábia de Abreu Gomes BARBOSA¹²⁵

RESUMO

O artigo socializa uma pesquisa qualitativa realizada no curso de Mestrado em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará. Reflete acerca das possibilidades e impasses das práticas educativas vivenciadas na Associação de Moradores e Amigos do Cauassu, no município de Eusébio (CE), contribuir ou não, para a formação de sujeitos críticos. Toma como elemento norteador da análise, a proposta freireana de educação. É nítido o esforço da instituição, em realizar ações educativas com vistas à formação política dos sujeitos. Contudo, as práticas educativas não acontecem de forma isolada. Existem outros aspectos que interferem na formação dos participantes, como o autoritarismo social e as regras rígidas de instituições seculares, como a Igreja, que influenciam a almejada formação crítica dos sujeitos.

Palavras-chave: práticas educativas; participação social; formação crítica.

Introdução

Apesar de não termos uma tradição democrática, tão pouco uma gestão coletiva na vida política, visto que a política e a participação social no Brasil foram historicamente alvos de repressão pelas classes dominantes e pelo Estado, a sociedade civil se constitui enquanto espaço de luta por direitos que, mesmo sendo conquistados e inscritos nas letras da lei, através de mobilizações, não são efetivados.

Uma das formas que a sociedade civil encontrou para lutar pela efetivação dos direitos sociais foi organizar-se em movimentos sociais, que para Durham

articulam-se (em diferentes níveis e com uma amplitude diversa) em função de uma ou várias *reivindicações coletivas* que são definidas a partir da percepção de *carências comuns* (que vão desde a ausência de asfalto ao sentimento de um tratamento discriminatório ao nível das relações sociais em seu conjunto). É a carência que define a coletividade possível, dentro da qual se constitui a coletividade efetiva dos participantes envolvidos (DURHAM, 1984, p. 26).

Baseada nas contribuições dos autores que trabalham com as questões da participação social, e na proposta de educação de Paulo Freire, procuro tecer alguns elementos para reflexão acerca dos aprendizados vivenciados na Associação de Moradores e Amigos do Cauassu (AMACAUASSU),

¹²⁵ Pedagoga e mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará; doutoranda em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará (UFC); pesquisadora colaboradora dos grupos de estudos (CNPq): “Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola” e “Políticas Públicas, Educação, Movimentos sociais e Juventudes” e do Núcleo de Referência em Educação de Jovens e Adultos do Ceará – História e Memória (NEJAHM); professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. E-mail: eliabiadaniel@yahoo.com.br



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

um dos dois espaços de experiências participativas do município de Eusébio investigados na pesquisa, procurando perceber as possibilidades e impasses vivenciados na instituição em busca da formação crítica dos seus sujeitos.

Para tanto, organizei o texto da seguinte forma: primeiramente, realizarei breve contextualização em relação à ampliação do conceito de educação, e da proposta freireana de educação; em seguida descreverei uma das práticas educativas vivenciadas nesse espaço, elencando os aprendizados oriundos de tal prática, para, enfim, tecer algumas ponderações em relação às possibilidades dessa proposta e da própria vivência na Associação contribuir para a formação crítica.

A ampliação do conceito de educação e a proposta freireana de educação: contextualizando conceitos em busca da formação crítica.

No decorrer da história educacional o conceito de educação foi sendo ampliado. Atualmente, defende-se que a educação pode acontecer em todos os contextos e âmbitos da existência individual e social do ser humano, de forma institucionalizada ou não. Tal ampliação, permite-me pensar nas experiências participativas como espaços educativos por excelência. Para Lisita (2007, p. 513), a educação pode acontecer

[...] de forma difusa e dispersa, são as que ocorrem nos processos de aquisição de saberes e modos de ação de moda não intencional e não institucionalizado, configurando a educação informal. Há, também, as práticas educativas realizadas em instituições não convencionais de educação, mas com certo nível de intencionalidade e sistematização, tais como as que se verificam nas organizações profissionais, nos meios de comunicação, nas agências formativas para grupos sociais específicos, caracterizando a educação não formal. Existem, ainda, as práticas educativas com elevados graus de intencionalidade, sistematização e institucionalização, como as que se realizam nas escolas ou em outras instituições de ensino, compreendendo o que o autor denomina educação formal.

Em concordância com essa classificação, Gohn (2006) adota o conceito de educação não formal para designar os processos educativos que ocorrem nas experiências participativas. De acordo com a autora a educação não formal designa

[...] um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc (GOHN, 2006, p. 28).

Neste sentido, a Educação Popular, tal como pensada por Brandão (1984), se configura como a teoria mais adequada para o alcance dessas aprendizagens, pois de acordo com o autor, a Educação Popular não é apenas uma teoria educacional, mas da própria relação social, entre os



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

homens e sua prática, considerados a partir da cultura, com vistas a um trabalho voltado à formação política para que esse mesmo homem seja capaz de lutar pela transformação das estruturas sociais que o oprimem.

(...) educação como um instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares, de um 'saber dominante' de efeito 'ajustador' à ordem vigente – este é o sentido em que ela se propõe como uma ampla *ação cultural para a liberdade* a partir da prática pedagógica do momento de encontro entre educadores-educandos e educandos-educadores (BRANDÃO, 1984, p.67-68).

Em consonância com essa afirmação, Freire (2008), defende que a única maneira de colaborar com o homem para que ele realize sua vocação ontológica, e insira-se tanto na construção, como também na mudança da sociedade, é ajudando-o a substituir a compreensão mágica, ingênua da realidade, por uma captação mais crítica. Para tanto é preciso que se tenha confiança no homem e na sua capacidade de transformação.

A compreensão mágica ou ingênua não é conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (FREIRE, 2008, p.30).

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (Idem).

Ao contrário do que se possa imaginar a conscientização não é algo estático. Enquanto processo é sempre inacabada. Ela deve continuar no momento seguinte, pois no momento seguinte a realidade construída já se encontra com um novo perfil. “A conscientização, como atitude crítica dos homens na história, não terminará jamais. Se os homens, como seres que atuam, continuam aderindo a um mundo *feito*, ver-se-ão submersos numa nova obscuridade” (Idem, p.31).

Freire defende a presença da utopia no processo de conscientização. Segundo o autor a conscientização acena para uma posição utópica diante do mundo. Utopia para ele não é algo irrealizável e muito menos idealismo, mas a é a “dialeção dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante” (Idem, p.32). Em Freire a utopia, assim como a conscientização, é também um compromisso histórico, pois precede um conhecimento crítico. “É um ato de conhecimento”.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Ainda de acordo com o autor quando os homens encontram-se diante dos temas, em contradição dialética, esses tomam posições contraditórias. Enquanto alguns trabalham para manter o *status quo*, outros se dedicam sobremaneira para que haja mudança, por isso a proposta freireana de educação é

[...] fundamentalmente, um método de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimidade entre educação e política. Distingue-as, sim, mas na unidade do mesmo movimento em que o homem se historiciza e busca reencontrar-se, isto é, busca ser livre. Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá dos rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, superestruturais ou interestruturais, contradições que impedem o homem a ir adiante. As contradições conscientizadas não lhe dão mais descanso, tornam insuportável a acomodação. Um método pedagógico de conscientização alcança as últimas fronteiras do humano. E como o homem sempre se excede, o método também o acompanha. É “a educação como prática da liberdade” (FIORI, apud, FREIRE 2005, p. 22).

Freire (2005) nos convida a refletir sobre a luta do homem por querer descobrir seu “posto no cosmos”; sobre sua luta contra a desumanização, que não se constitui na sua vocação ontológica. A vocação do homem, ao contrário, é a humanização, é “ser mais”. Contudo, alertava ele, a busca do ser mais não poderia se dar no isolamento, “no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos.” (FREIRE, 2005, p.86)

Ao passo que as experiências participativas adotem em seu cotidiano a vivência de uma educação libertadora que não serve à alienação, pelo contrário, possibilita o processo de construção da conscientização dos sujeitos envolvidos no processo educativo, alargam-se as possibilidades da vivência da política do cidadão, tal como descrita por Nogueira (2001).

Os processos educativos que levam em consideração a pedagogia do oprimido - sejam eles vivenciados dentro das escolas, família, movimentos comunitários ou movimentos sociais - tornariam seus sujeitos cada vez mais conscientes de si, do outro e do mundo. Possivelmente contribuiriam para o reconhecimento da luta pelo bem coletivo. Pelo reconhecimento em si próprio de sua dimensão pública,

Nos movimentos sociais de cunho comunitário, onde se valoriza a participação de todos e de cada um, onde todos devem falar, opinar, decidir, o que parece estar ocorrendo é um processo novo, o de constituição de pessoas na *esfera pública*, através do jogo do mútuo reconhecimento que ocorre internamente, na prática comunitária (DURHAM, 1984, p.28).

Práticas educativas na AMACAUASSU: aprendizados para a organização e participação social.

A preocupação com a formação dos associados (as) por parte da diretoria da Amacauassu era legítima. Documentos da instituição constataam que desde mesmo o início do processo de



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

reativação procurou-se instigar os futuros sócios (as) à atividade reflexiva e o respeito ao trabalho coletivo. Segundo seu memorial descritivo

(...) procura nas suas limitações e possibilidades, colaborar com a construção de um projeto de sociedade menos injusta, daí ter como alicerce, um intenso trabalho de conscientização de seus associados e moradores em geral, na busca pela efetivação de seus direitos básicos. Desde meados de 2009, vivencia um intenso processo de reativação em suas atividades, promovendo ampla formação política - organizativa através de encontros semanais (AMACAUASSU, 2010c)

A pesquisa realizada analisou cinco práticas educativas da associação: i) as reuniões ordinárias e extraordinárias; ii) I Oficina de Projetos – “Teoria e Prática da práxis freireana” ; iii) Oficina “Preservação e Arte: construindo parcerias e possibilidades de reinventar”; iv) Diálogos com a realidade - “Drogas: prevenir é importante” , e, v) “Amamulher”: o dia internacional da mulher como referência para o debate em torno dos direitos da mulher. Contudo, para os limites desse artigo, descreverei apenas as reuniões ordinárias e extraordinárias, e os aprendizados elencados pelos sujeitos entrevistados advindos desses momentos de participação.

“Participar do quê?”, “de uma reunião?”: as reuniões ordinárias e extraordinárias como elemento impulsionador para a organização social.

“Participar do quê?”; “de uma reunião?”; “para quê?”; “com quem?”; “para ouvir mentira?”; “não vou!” Estes eram alguns dos comentários feitos por muitas das pessoas que hoje são associados (as) da Amacauassu antes de participarem da Associação quando eram convidados (as) a participar de uma reunião, sobretudo, se esta contasse com a presença de alguma autoridade do poder público municipal.

Ademais, cultuava-se no bairro de forma exagerada a cultura do silêncio e da escuta passiva implantada principalmente pelos cabos eleitorais. Para eles, participar de uma reunião com uma “autoridade” significava ser um mero ouvinte. Afinal, duvidar das palavras e promessas do prefeito ou discutir ou discordar de uma opinião de um “doutor” secretário, seria “falta de educação, gente.” Esse era o pensamento que prevalecia no bairro Cauassu até o movimento que deu origem à mobilização pela reativação da Associação ora em discussão.

Desde sua reativação, ocorrida em 2009, a Amacauassu não deixou de realizar nenhuma de suas reuniões ordinárias, fato que a diferencia de outras entidades da sociedade civil presentes no município de Eusébio, e com as quais obtive contato durante a pesquisa. Em conversas informais mantidas com vários coordenadores e presidentes dessas entidades e também ao longo das entrevistas realizadas, pude verificar que um dos diferenciais da Amacauassu é justamente a regularidade em seus encontros.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

(...) a diretoria não vem mais se reunindo com tanta periodicidade, a gente tinha as reuniões, mas elas não funcionavam de acordo com o regimento interno. As reuniões ordinárias não funcionavam (...) (Conselheira A).

Eliábia: E vocês estão coseguindo fazer reuniões no Conselho? Mesmo que mensalmente?

Conselheira C: Não. A minha comunicação é assim: vai ter reunião tal dia. (...) Mas para a gente se sentar para falar sobre o Conselho mesmo, tá difícil. Muito difícil (...)

ELIÁBIA: E para se reunir para conversar sobre as coisas da comunidade, o que está acontecendo...

Conselheira C: Não (...)

As reuniões da Amacauassu são planejadas com antecedência pela diretoria executiva e, por algumas vezes, também contam com a presença e colaboração da editora do informativo da entidade, o Amacauassu Notícias, membros do conselho fiscal e coordenadores de grupos de trabalho.

O principal objetivo desta “primeira” reunião, que antecede a reunião com a assembleia geral, é elaborar uma proposta de pauta da reunião mensal para ser analisada e/ou complementada pelos demais integrantes da Associação, e ao mesmo tempo fazer a divisão dos assuntos a serem tratados entre a diretoria e os presentes na tentativa da descentralização da fala.

A coordenação das reuniões normalmente fica a cargo da diretoria. Ela inicia-se geralmente com um momento de acolhida. Além de acolher os presentes, esse momento tem o intuito de instigar os debates daquela reunião na medida em que são trabalhadas músicas, vídeos, textos e dinâmicas que desencadeiam uma reflexão inicial sempre com a intenção de despertar a criticidade nos sujeitos.

Em seguida é realizada pela secretaria a leitura da memória da reunião anterior, com a finalidade de informar aos faltosos as decisões e encaminhamentos aprovados no encontro anterior, bem como avaliar se eles foram efetivados. Após esse momento é apresentado por quem coordena o encontro a proposta de pauta e a partir das colaborações a definição dela.

Normalmente as reuniões têm a duração de duas horas para o cumprimento da pauta, mas ela normalmente não se encerra nesse período de tempo, pois quando se dá por encerrada a pauta, acontece a distribuição do informativo mensal, já que o associado é o primeiro a recebê-lo; é feita ainda a homenagem aos aniversariantes do mês, se houver; e finalmente, chega o momento do lanche partilhado.

Este último momento é considerado como um grande momento de confraternização onde as pessoas mutuamente repartem os alimentos que trazem de suas casas; continuam os debates provenientes da reunião propriamente dita, compartilham vários outros assuntos, enfim, socializam-se, como disse uma das associadas



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Eu gosto de ir porque é assim, um tipo de encontro com os amigos, pra gente conversar, pra gente debater; pra gente se informar do que está acontecendo na comunidade, no município, no próprio bairro mesmo. É um tipo assim da gente ter informação e também pra gente ter aquela conversa, pois muitas vezes a pessoa é o nosso vizinho, mas a gente não se encontra, não tem tempo nem de se ver, e aquele dia do encontro da Associação é “O DIA”, da gente se encontrar, conversar, né? (Vitelma - Associada).

Em seus comentários os (as) associados (as) entrevistados (as) caracterizaram as reuniões ordinárias e extraordinárias como: importante; educativa; organizada; democrática; participativa; esclarecedora, ou seja, o local onde se tem voz e revelaram-me alguns dos aprendizados que obtiveram durante esses momentos vivenciados na Amacauassu.

As duas associadas, por exemplo, comparam as reuniões da Associação com outras reuniões que tiveram em outros locais. Em seus depoimentos destacam que já presenciaram em outros espaços a falta de organização, coordenação e respeito dos participantes à fala do outro.

(...) um dos maiores aprendizados que eu aprendi, acho que não só eu aprendi, mas muita gente aprendeu na Associação, foi o do respeitar, principalmente respeitar a fala dos outros, respeitar a posição dos outros. Eu fiquei decepcionada na última reunião que eu estive lá no Casarão, que eu ainda estou com essa reunião entalada na garganta. Foi uma reunião da Pastoral da Sobriedade que eu fui representando a Associação. (...) Então assim, pelo o que eu vejo nas nossas reuniões, e pelo que eu vi lá, eu acho que diploma em certos casos, sinceramente (...) A atitude que ele teve lá nunca teve na nossa associação (Marileuda - Associada).

(...) eu vejo muitas reuniões acontecendo por aí, que eu digo: ‘há não, isso não é reunião!’ ‘O pessoal tem que ir lá para a nossa Associação para aprender e saber como é que faz uma reunião’. São reuniões sem pé e sem cabeça. (...) Ninguém sabe quando começa e quando termina. Ninguém entende. A maioria do pessoal fica sem falar... E aqui não é assim não. A nossa reunião a gente sabe quando começa e quando termina. Eu não sei se já sei fazer. Se faço uma. Mais eu já sei como é que tem que ser como é que tem que fazer. Aprendi como é que tem que ser (Francisca Gomes - Associada).

Durante a realização das entrevistas e em outros momentos da pesquisa pude verificar o quanto as reuniões acarretaram aprendizados para os homens e mulheres que delas participavam.

Nas reuniões era revigorada a força do coletivo através da participação individual de cada um dos membros; eram expostas as demandas da comunidade e definidas as ações em função delas. A necessidade e importância da organização social para a realização de qualquer que fosse a atividade, também foi algo muito recorrente nas ações implementadas pela instituição durante as reuniões, como segue nos depoimentos obtidos.

Acho que as reuniões para nossa formação política é muito importante. Eu tinha um pensamento e, hoje, depois da Associação, eu tenho outro pensamento de como me posicionar sobre muitas coisas, muitas coisas da vida da gente (...) acho que a participação dos associados é muito boa, principalmente porque a maioria nunca participou de uma associação. (...) É tanto que nessa diretoria só uma pessoa já foi de associação. Então eu acho a participação dos associados muito boa e tenho certeza que ainda deve melhorar, porque é um desafio muito grande em todo Brasil (Daniel - Associado).



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Nesse depoimento e nas observações que realizei junto a esse associado, que também é um dos diretores da Associação, foi possível perceber a mudança radical que ele sofreu em relação às organizações da sociedade civil. Antes de sua adesão à Amacauassu a postura dele era de total descrédito e repúdio com esse tipo de organização.

Em outro depoimento a reunião da Amacauassu é compreendida como uma ação educativa das mais valiosas, pois contempla o saber do homem simples,

(...) querendo ou não, é um meio de educar, as reuniões. Porque assim, você vê como é organizado. Cada um tem sua vez de falar. É diferente de algumas reuniões que agente vai. (...) é um canto que você pode expor sua ideia, independente de ela ser aceita ou não. (...) É democrático que se diz? Ou seja, não é a minha vontade nem a sua, é a vontade do geral. Que eu acredito que a vontade do geral seja o melhor para a comunidade. Então as reuniões da Associação é sim um meio educativo! São assuntos de importância de crescimento para a pessoa, porque lá você não está conversando sobre (deixa eu ver o quê). (...) é, o *Big Brother*. Não é o professor Bial que tá lá. É uma dona de casa, é uma pessoa que trabalha, que bota sua vivência lá. Que conhece a comunidade (...) Ali (na AMACAUASSU) tudo que você participa, tudo que tem na Associação, todo movimento que tem, você querendo ou não, ele é educativo. É uma coisa educativa. (...) Não é aquela educação bruta de você aprender o “be - a - ba” . Mas é uma coisa que você educa sem perceber, entendeu?”(Janaína – Associada afastada).

As reuniões da AMACAUASSU são avaliadas pelos (as) associados (as) como momentos importantes para suas vidas. Esses encontros constituem-se como um dos grandes diferenciais da Associação dentre as demais organizações da sociedade civil do município. São momentos vigorosos de socialização e de aprendizagens, como expõe a associada,

Pelo menos para mim, você fica com mais facilidade até para quando vai escrever. Tipo, você vai falar de um assunto, vai fazer um texto, uma redação de um assunto relacionado à sociedade. Você quando começa a participar desses movimentos você tem um olhar totalmente diferente. Você consegue ter aquela visão crítica, não para destruir. A reunião para mim é isso daí, é você despertar um pensamento crítico em relação à sociedade. Ver que nem tudo tá da forma que deveria ser. A ter autonomia, não é? Não se deixar levar pelo quevocê acha. É... como é que eu digo (...) Que você aprende mais ensinando, discutindo, com pessoas (...) (Izadora - Associada).

Aprendizados na Amacauassu: possibilidades e impasses em busca da formação crítica.

O universo da participação social no Brasil é muito complexo, multifacetado, de difícil análise. É preciso que cada experiência dita “participativa” seja analisada em sua singularidade, para, a partir daí, conferir se os processos de participação social que ocorrem nesses espaços aproximam-se do conceito de participação preconizado neste estudo.

Na Amacauassu, as práticas educativas organizadas pela instituição, proporcionaram uma série de aprendizados aos sujeitos que delas participaram, como descrito no item anterior e revelam aproximações teóricas com a Educação Popular.

Contudo, as práticas educativas não acontecem de forma isolada. Existe, para além da proposta de formação da Associação, exposta em seus documentos e vivenciada em seu dia a dia, outros aspectos que interferem diretamente na formação dos participantes, como o a cultura política;



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

a histórica negação da fala no Brasil; o clientelismo; o personalismo e autoritarismo; as regras rígidas de instituições seculares, como a Igreja, e vários outros que também interferem na almejada formação dos sujeitos.

Assim, somente a realização das práticas educativas pela Amacauassu, com a intenção de formar sujeitos críticos, não é garantia de que os participantes se conscientizem nessa direção.

Dentre todas as dificuldades da Associação, no processo da formação crítica de seus sujeitos, a maior delas encontra-se ancorada na formação religiosa dos associados, católicos ou evangélicos, e assim sendo, na subordinação desses sujeitos à instituição Igreja e suas leis. Facilmente essas leis são tidas por eles (as) como sendo as “Leis de Deus”, ficando visível, em alguns casos, a dificuldade da participação nos momentos de organização social por luta de direitos sociais, em detrimentos de suas obrigações religiosas com a Igreja da qual participa, quando essas atividades coincidem horários.

A estreita ligação existente entre a Amacauassu e a Igreja Nossa Senhora de Fátima, por exemplo, a igreja católica da comunidade, interfere diretamente sobre todas as ações da Associação. Não obstante, a religiosidade, na curta história da Amacauassu, ao mesmo tempo em que se apresenta nos últimos tempos como uma dificuldade para a realização de algumas ações da Associação, dentre elas a reunião mensal ordinária, no início do seu processo de reativação, apresentava-se como uma força propulsora à organização da Associação.

Um dos fatores decisivos para que ocorra essa contradição, encontra-se apoiada na mudança radical sofrida na comunidade do Cauassu devido à mudança do pároco da Paróquia de Eusébio, que em sua chegada modificou os horários das celebrações da Igreja. A mudança de horário, regras, promoveu uma desorganização nos horários da reunião da Associação, mas não só. Provocou outros desgastes.

A reunião, ordinária ou extraordinária, tida como a assembleia da Amacauassu, foi considerada na investigação como o momento da vivência da política no seu sentido pleno. No diálogo permanente uns com os outros os sujeitos iam se fazendo gente; humanizando-se; vinham potencializando a participação social e despertando para uma série de acontecimentos, eventos, estudos, nunca apreciados por eles. Era lá que os associados (as) animavam-se para escrever matérias para ao jornal. Ou seja, as reuniões constituíam-se momentos importantes, quando então todas as ações da Associação eram planejadas. Portanto, se a participação nas reuniões é reduzida, reduzem-se também as possibilidades de ação. Se não há participação, não há formação naquele espaço.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

É nítido o esforço da instituição, principalmente através do grupo de trabalho voltado para a formação, em realizar uma série de ações educativas com vistas à formação política dos (as) associados (as) em uma perspectiva crítica do mundo e da própria realidade. Entretanto, como já abordado, esses espaços são atravessados por uma série de aspectos, o que culmina em inúmeras dificuldades.

Contudo, apesar de todas as dificuldades, a análise aqui empreendida encontrou situações reveladoras da contribuição do “homem simples” na experiência participativa acompanhada. Sua presença na Amacauassu é valiosa e aponta para a tentativa da vivência da política em seu cotidiano. As práticas educativas realizadas no cotidiano dessa experiência afirmam e reafirmam o caráter eminentemente educativo desse espaço. Através do estudo pude observar o quanto os sujeitos puderam aprender a usar os mecanismos e estratégias de que a Associação dispunha para reivindicar; expor suas ideias, críticas.

Em termos conclusivos, o espaço acompanhado pela pesquisa se constitui em um esforço organizacional significativo, mas ainda não se configuram como espaços efetivos de politização das questões sociais, sobretudo pela dificuldade que a experiência apresenta em concretizar um projeto de formação política contínuo, em que as práticas educativas primam pela formação da consciência crítica nos sujeitos envolvidos e desenvolvam sua capacidade reflexiva sobre os acontecimentos, sobre seu “destino”.

✓ **Referências Bibliográficas**

- AMACAUSSU – Associação de moradores e Amigos do Cauassu. **Memorial descritivo**. Eusébio, mimeo, 2010c.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **Movimentos sociais: a construção da cidadania**. São Paulo: Novos Estudos Nº. 10 CEBRAP, 1984.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2008. (reimpressão).
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf> . Acesso: 19/06/2011
- LISITA, Verbena Moreira Soares de Sousa. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** Cad. Pesquisa. [online]. 2007, vol.37, n.131, pp. 519-520. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a1437131.pdf>. Acesso: 19/06/2011
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.